

O ECHO DO RIO,

Jornal Politico e Litterario.

Parcite verbis.

HORAT. AD ROM.



Publica-se as quartas feiras e sabados, na typ. Imparcial de F. de Paula Brito, praça da Constituição n. 64, onde se subscreve a 4000 réis por semestre, pagos adiantados, e vendem-se numeros avulsos a 80 réis, nas lojas do costume.

O ECHO DO RIO.

Em quanto ali genios pequeninos clamam que a patria está perdida, por que no ministerio está Pedro, e não está Paulo, aquelle que olha attentamente para nossas cousas deve verter amargas lagrimas pela ruina proxima, que nos ameaça, se seriamente e com tempo não cuidarmos de afastar quanto pudermos esse mal. Fallamos da ruina de nossa agricultura, para a qual concorrem muitas causas: e a agricultura é a primeira fonte de nossa riqueza, que nosso commercio em nossa agricultura se basea, e industria quasi podemos dizer que a não temos. Ora, nossa agricultura está ameaçada de proxima ruina, por que nossos lavradores não cuidam em aperfeçoar os processos para a producção, e menos ainda os productos; por que nosso trabalho sendo todo manual é extremamente caro; por que uma nação com immensas colonias (a Inglaterra) nos faz a guerra que pode, e de certo não estamos nós em estado de lutar com ella.

Cuidamos que ninguem duvida do que acabamos de expender; mas tambem pela mesma razão cuidamos, que ninguem duvida o que devemos fazer para remediar esses inconvenientes: é opinião geral, que nossa agricultura precisa ser aperfeçoada nos meios que emprega; por outra; é preciso que nossos lavradores se costumem a empregar mais machinas, procurando poupar o trabalho manual: é opinião geral que é preciso aperfeçoar nossos productos, por que aliás brevemente serão excluidos dos mercados do mundo: ninguem comprará peor tendo melhor, excepto se houver grande differença de preço, que convida: é opinião geral que carecemos de braços. Mas por que meios satisfazer a estas tres necessidades? Eis a grande difficuldade; e é para ahi que devemos deitar todas as nossas attentões; mas infelizmente occupados com palavras temos até hoje deixado correr desamparados nossos principaes interesses.

Estamos no seculo do positivismo; e para ali precisamos lançar nossas vistas: as metaphysicas,

as idealidades, as palavras em muitas partes pouca fortuna já fazem, em muitas nenhuma.

O governo tem perfeitamente comprehendido este nosso estado; e por isso fez apresentar na camara dos deputados um projecto de lei tendente a promover e regularisar a colonisação entre nós. Já em outros numeros desta folha fizemos vêr as vantagens que desse projecto se devem necessariamente seguir, logo que convertido em lei. E já foi approvedo em segunda discussão, e já entrou em terceira.

Braços! braços! braços! Este deve ser o grito de todo o Brasileiro interessado na prosperidade do seu paiz; braços! por que sem elles não ha roteamentos de terras, não ha plantio; braços: é o meio de tirar maior vantagem desses braços.

E justamente é o que quiz o projecto, n que alludimos. Cuida em nos dar braços, prohibindo a concessão gratuita de terras, e ordenando que o preço de todas as vendidas seja convertido em colonos. Cuida em bem aproveitar esses braços, por que lhes dá certas regras, não os deixando isolar, e não os deixando sacrificar-se logo com especulações aventurosas.

Este projecto não chegará este anno ao senado: mas assim mesmo merecerá as bençãos publicas aquelle que o organisou, e aquelle que na camara dos deputados tem invadido todas as suas forças para o fazer ter andamento, e mostrar suas vantagens. Talvez quando chegar ao senado, e sobre tudo quando for posto em execução já o actual ministerio esteja fora do poder; todavia não se trata de negocio de partido; e por isso quem quer que sejam os ministros desse tempo, terão a gloria de dar execução à lei mais importante, que nosso corpo legislativo tem votado. A lei de colonisação em discussão na camara dos deputados deve mudar o aspecto de nosso paiz, deve dar-nos braços, e ainda mais, deve aglomerar nossa população para se poder auxiliar mutuamente; vai supprir o grande deficit que de africanos vamos sentindo.

RUSGA EM S. PAULO.

Disseram-nos ha tempos, que os rebeldes de S.

Paulo tramavam contra a ordem publica, sendo o seu plano concertado com algumas provincias do norte, pelo que daqui partira o Sr. Feijó, e brevemente partirá para o Ceará o Sr. Alencar. Demos esta noticia ao publico, mas sem lhe dar importancia: parecia-nos isso cousa impossivel; ha tão pouco tempo que os rebeldes de S. Paulo viram a sua nenhuma força e importancia! Bem sabemos que as facções, os homens do partido exaltado não são os que melhor vêem; mas tambem cuidavamos, que a sua cegueira não era tanta.

Espalha-se agora que com effeito ha em S. Paulo alguns principios de agitação; e assim começa a ser realisado o que cuidavamos impossivel. As considerações que poderamos fazer sobre a materia, facilmente as farão nossos leitores. O Sr. Hollanda disse ha bem poucos dias, que mais prejudiciaes são as desordens, que os sacrificios, que se fazem para as desfazer.

O ministerio actual tem em seu seio o Sr. Honório, que fez parte do gabinete que em poucos dias suffocou a sedição de Minas; o Sr. Maciel, que, por querer acabar com a rebellião do Rio Grande foi posto fóra do ministerio; o Sr. Torres que em 1837 fez parte do gabinete que em quatro mezes deu cabo da rebellião da Bahia; e o Sr. Paulino, que fez parte do gabinete de março, que deu cabo das rebelliões de S. Paulo e Minas; parece pois que temos bastantes fiadores, de que uma rusga encontrará obstaculos energicos. E mesmo quaequer exhortações nossas serão escusadas. As facções trabalham; os descontentes do norte e do sul agitam-se; sentido com elles.

Podemos discordar do ministerio em muitos pontos; mas n'um concordaremos sempre: e é, que as facções, que se apresentarem com as armas na mão, devem ser rechaçadas com energia, com força. Em quanto virmos alguém armado querendo obter pela força reparação de culpas imaginarias ou reaes, estaremos pelo lado do ministerio. Em quanto houver systema representativo o uso das armas é um crime. Se fosse possivel, que as facções se contentassem com o que pela primeira vez exigem! Mas a uma exigencia succede outra: a sede das facções é insaciavel; é a sede do hydropico, que quanto mais agua bebe mais cresce. Os movimentos armados poderão ser tolerados alguma vez nos governos absolutos ou despoticos; mas nos governos representativos nunca. Ha muitos meios de fazer triumphar uma opinião sem recorrer á violencia; e com a differença que todos os outros meios podem produzir convicção, e indicam pelo menos a de quem os emprega: a violencia não produz convicção, e mostra que quem della usa, é por falta de boas razões. Ha fóra muitos exemplos de opiniões, que triumpharam sem recorrer ás armas, por que tinham do seu lado a razão; em casa tambem os temos, e limitar-nos-hemos a apontar os annos de 1837 e 1841. E qual entre nós foi o mo-

vimento armado, que obteve triumpho? Nem mesmo em 1840 houve uso de força; houve vozerias, algazarras, e assuadas: os maioristas usariam mesmo da força, se não fosse a magnanima resolução do monarcha, e o proceder do regente e ministros de então; mas esse movimento tão illegitimo que effeitos produziu? alterou a ordem natural das cousas por alguns mezes, porem cedo tornaram ellas a seu leito. Em quanto se não esgotam os recursos ordinarios, não se lança mão dos extraordinarios.

OS SERMÕES DA OPPOSIÇÃO.

Diz o Sr. Vergueiro: eu não voto por imposto algum, por que não vejo economias: e em quanto não vir economias, não voto por augmento de renda. Ora, as economias devem partir do governo; só elle está habilitado para declarar, quaes são os ramos do serviço publico, em que ellas se podem realisar: eu não sei, e por isso não proponho cousa alguma; não sei quaes são as necessidades, e por isso as verbas, em que se podem fazer economias, nem quanto em cada verba. A isto se reduz um comprido sermão pregado pelo Sr. Vergueiro no senado, tratando-se da receita publica. Isto em miudos quer dizer, que o Sr. Vergueiro não vota por que não quer, e sem razão alguma plausivel; nem ao menos por essa banal de falta de confiança no ministerio. O Sr. Vergueiro não sabe se são possiveis economias, mas não vota por que ellas se não fazem: quer sejam possiveis, quer não, em todo o caso o nobre senador não vota.

Se todos seguissem o exemplo do Sr. Vergueiro, seguir-se-hia que ninguem votaria, e que por consequencia não haveria receita. Aqui faremos uma mui pequena pergunta: qual será melhor, não acudir ao serviço publico, ou tolerar que um ministerio qualquer gaste mais cem ou duzentos contos de réis, ou mesmo qualquer somma? Porque o nobre senador nos autorisa a figurar a hypothese, em que não se vote apesar de não ser possivel economia; ou que se façam economias apesar de não ser possivel fazel-as; e por tanto a hypothese, em que se falte ás necessidades do serviço publico.

Argumentar com esta habilidade só ao Sr. Vergueiro pertence, quando se acha empenhado em defender a causa, que defende.

Mui de perto se lhe seguiu o Sr. Paula e Sousa. Esse asseverou que são possiveis economias; e a sua logica foi tão vigorosa, que ninguem lhe pôde responder. Em tal ministerio, disse elle, podem poupar-se tantos contos, em tal outro tantos, em tal outro tantos: e aqui temos 2,500 contos de economia. Oh! que argumentador! Mas em que se hão de fazer essas economias? Esta pergunta faria ahi qualquer pedante, por que quem tiver tino a não ha de fazer, pois já sabe a resposta, que levará pelas ventas. Em que se hão de fazer as economias? nas verbas de cada ministerio. Mas a maior parte dessas verbas foram ahi postas por terem sido essas

despezas ordenadas por lei. E que importam leis? Não faça o ministro a despesa. Mas o ministro deve executar a lei. Não execute: e quem manda aos ministros executar as leis? o Sr. Paula e Sousa, por certo que não. Nem lei nem meia lei. Trata-se de empregados? não se lhes pague. Trata-se de exercito? não se lhe pague. Trata-se de arsenaes? não se compre os precisos para elles, e despeçam-se todos os opperarios. Quem não admirará esta theoria governativa?

Faça-se economias: poupem-se tantos contos, seja como for, e onde for. Grande estadista é o Sr. Paula e Sousa!

AS CONTRADIÇÕES — DO ECHO.

O *Nacional* na impossibilidade de responder aos nossos argumentos, foi procurar as nossas contradicções; e achou-as: mas como? Destacando algumas proposições de seus antecedentes e consequentes, e combinando-as entre si. Assim era facil; e nem a elle cabe a gloria da invenção. E o mais é que assim nem resposta póde ter: consegue excellentemente o seu fim. Todavia nem por isso ganhará na publica estimação: ninguem nos ajuizará por phrases destacadas.

E com este seu systema attribuiu-nos a maior das atrocidades: imputou-nos que dissemos que seja a opposição tratada a ferro e fogo. Nunca o dissemos, nunca tal nos passou pela cabeça: e só da bocca do collega podia sahir tal barbaridade. Queremos perseguidos a ferro e fogo, aquelles que com ferro e fogo matam, roubam, estupram; sejam do ministerio ou da opposição; não queremos que acobertados com uma palavra, esta lhes sirva de asylo como templo sagrado, onde ninguem os possa perseguir. Respeitamos a opposição, respeitamos as convicções: louvamos, elogiamos aquelle que conscienciosamente quer fazer prevalecer a sua opinião *pelos meios legitimos*: entenda-nos, collega: *pelos meios legitimos*. Mas entendemos, que não é meio legitimo matar e roubar para fazer prevalecer uma opinião. E' para este campo, que chamamos o collega.

Hoje estamos do lado do poder; talvez amanhã estejamos do outro lado; mas nunca apoiaremos movimento armado: nunca, em quanto contra nós não usarem de armas: em quanto nos deixarem a imprensa e a tribuna, e nos não fizerem fogo, não usaremos nem apoiaremos movimento armado. A constituição quer que a minoria seja ouvida, e nem concebemos governo regular aquelle em que ella não tiver o uso da palavra; mas a constituição não deu a grupo nenhum o direito de se armar.

OS DESPACHOS.

Vimos a relação dos despachos feitos pelo casamento de S. M. Com effeito foram poucos: o casamento do monarcha não é facto que se repita todos os dias. Não é que não estimamos, que o

ministerio seja avarento na distribuição das graças; mas ha avareza de avareza, e essa é prejudicial. Tambem pensamos que nisto antes de menos que de mais. Ora, descontentes sempre o ministerio havia de deixar: e diremos que os mesmos que deixou; por que os mesmos despachados quasi nunca ficam contentes, pensando merecer muito mais. Ora, nós se estivessemos em circumstancias de pedir ou obter graças, antes quereíamos que nossos amigos nos perguntassem por que motivo não eramos agraciados, do que o inverso, isto é, que perguntassem, por que o tinhamos sido. Mas isso são cousas de gosto; e a esse respeito, como diz o ditado, não póde haver disputa.

Em fim os despachos estão feitos; que merecimentos tem os agraciados? não sabemos, por que os não conhecemos, com muito poucas excepções.

Entre os nomes dos agraciados deparamos com o nome do general Andrea: felicitamos o ministerio, que reparou a gravissima injustiça, que tinha sido feita a esse benemerito da patria. Os serviços do Sr. Andrea são tão conhecidos, que qualquer palavra a respeito é desnecessaria; e foi com espanto, que em julho de 1841 não foi visto esse nome na lista dos agraciados. O publico attribuiu esse esquecimento a resentimentos particulares de um dos ministros de então: fosse o que fosse, causa devin haver poderosa, pois mesmo no ministerio o Sr. Andréa contava amigos. Em fim, essa injustiça, reparou-a o gabinete actual: nós o felicitamos; mas repetimos ainda: houve poucos despachos; ha nomes que sem razão nenhuma (ao menos que nos pareça) foram esquecidos.

MINISTERIO PARLAMENTAR.

Cançou-se o *Nacional* em escrever um longo artigo para dizer que o poder moderador não está obrigado a tirar os seus ministros das camaras. E quem lh'o negou? quem foi que disse algum dia, que S. M. o imperador estava obrigado a limitar-se a esse circulo? Nunca nos constou que houvesse quem tal dissesse: seria uma blasfemia; e entre nós muitos ministerios tem havido, alguns de cujos membros não são tirados das camaras. E para prova de que o não julgamos essencial, ahí está o ministerio actual, não combatemos, e que quando foi organizado contava dous membros, que não eram da representação nacional, o Sr. Maia e o Sr. Maciel, e ainda hoje este ultimo.

Em geral, no systema representativo, os ministerios devem ser tirados das camaras, mas isto vem da organização dellas, e da natureza do governo; mas póde o poder moderador nomear ministros, a quem bem lhe parecer.

E o que quer dizer ministerio parlamentar? Quer dizer ministerio que governa apoiado nas maiorias. O collega figurou ahí um bicho de se cabeças nessas palavras! pois tem significação muito obvia. O collega certamente está fazendo castellos para de-

pois os debellar; cada qual tem os seus gostos; as crianças assim fazem ordinariamente.

OS SOPORIFEROS.

O Nacional chama-nos soporifero: bom é que para alguma coisa sirvamos, pois que o collega nem essa virtude tem. Quer o collega, que fallemos a linguagem das paixões? que nos inauguremos tribuno? Não é essa a nossa missão; não verá em nossas columnas esses epithetos de que tanto faz uso; infame, monstro, perfido, e outros que taes, que com alguns verbos de mistura, e alguns pontos de admiração fazem uma columna das suas. Não lhe citamos exemplo, por que não temos onde escolher: é do principio a fim em cada um de seus numeros. Trabalhamos por convencer, e não por illudir; trabalhamos por construir e não por destruir; queremos dar à imprensa uso, e não abuso. O collega quer proceder de outro modo; são gostos: mas podemos dizer-lhe que o nosso nos parece melhor. Somos soporifero? Nossos assignantes e leitores o dirão, e não o collega.

BIOGRAPHIA EXTRAHIDA DO ARCHIVO AMERICANO.

O general Rivera sendo official do exercito, que sitiava Montevidéo em 1813, abandonou o sitio e seguiu Artigas.

No fim do reinado do patriarcha Artigas, abandonou-o, e fez-se patriarcha.

Abdicou o patriarchado para servir a D. João 6.º

Abjorou a vassallagem de D. João 6.º e fez-se vassallo de D. Pedro I.º

Depois de preso prometteu perseguir a D. Pedro, e se uniu ás divisões dos patriotas orientaes.

Destas passou-se para o exercito nacional.

Do exercito passou agora a ser faccinoso.

Nota do Echo. Esta ultima excepção não é por nós approvada, mas copiamol-a tal e qual a achamos.

Parece, que antes de servir a D. João 6.º nunca Rivera foi patriarcha: passou do serviço de Artigas immediatamente para o d'aquelle rei.

NOTICIAS ESTRANGEIRAS.

Temos noticias da Hespanha: os insurgentes haviam entrado em Madrid, e em quanto o regente se occupava em bombardear Sevilha. Assim parece que a causa de Espartero está julgada; vai descer do eminente posto, a que havia sido elevado. Se a razão estava do seu lado, a justiça não estava: as côrtes não tinham excedido as suas attribuições.

O governo parece que vai ser entregue à rainha. O ministerio destituido pelo regente já havia sido chamado à administração. Este acontecimento deve causar abalo em Portugal; cedo provavelmente teremos noticias desse reino, em que se nos diga alguma coisa.

Querer alguns que o movimento de Hespanha não seja mais que uma cruzada contra os Ingleses:

permitta Deus que assim seja. Parece-nos porem a nós, que outra é a origem, e outro o fim: permitta Deus, que nos enganemos.

ADMIREM.

O Sr. Urbano não pôde expender a camara dos deputados os quesitos necessarios para a desapropriação, por que faltava a lei na collecção da casa: mas pôde asseverar que o projecto do codigo do commercio não tem cousas novas; que quanto nelle se diz, se acha nos codigos e escriptores de direito mercantil. Isto é que é talento! Examinar perto de mil artigos, e saber logo, que o pensamento de cada um delles já se acha escripto, impresso, e talvez lithographado! Nem o padre Macedo. Quanto á lei de desapropriação — *de rebus minimis non curat praetor*. — E o Sr. Urbano é mais que pretor.

RIO GRANDE.

As noticias chegadas desta provincia dão os principaes caudilhos da *soi-disant* republica fugidos no Estado Oriental: entre elles o ex-presidente Bento Gonsalves, e o actual presidente e general Canabarro com todas as suas forças. A ser assim, a luta está por poucos dias. Ainda que esses homens possam voltar á provincia, todavia deve ter-se-lhe acabado todo o prestigio. Como porem estas noticias são de cartas particulares, não queremos fazer festa antes do tempo.

MONTE-VIDEO.

E' provavel que nossos leitores saibam, que o Sr. Regis, ex-encarregado de negocios do Brasil no Estado Oriental, havia soffido um insulto de Garibaldi, o ex-commandante das forças maritimas dos rebeldes do Rio Grande, e hoje almirante de Fructo Rivera. O Sr. Regis havia embarcado para a esquadra Brasileira surta em Montevidéo, em consequencia de ter sido negada a satisfação por ella exigida. Neste estado achados os negocios á sua chegada o Sr. Cansansão de Sinimbu, successor do Sr. Regis. O Sr. ministro da marinha declarou na camara dos deputados, que o governo oriental tinha dado todas as satisfações, que pelo Brasil lhe haviam sido exigidas, e que o Sr. Cansansão havia correspondido perfeitamente á confiança nelle depositada pelo governo. Este negocio está por tanto terminado com satisfação do Brasil.

O ministerio actual conta em sua carreira brilhantes triumphos, e não é este dos menores: já tinhamos feito vêr á Inglaterra, que podiamos deixar de obedecer-lhe cegamente; agora mostramos ao Estado Oriental, que sabemos manter nossa dignidade; que somos nação livre, independente e soberana, e não soffremos insustos. Queira Deus, que o governo desse Estado aprendesse alguma coisa com este exemplo.